



REVISTA  
Casa da  
**GEOGRAFIA**  
de Sobral  
ISSN 2316-8056

# REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O ENSINO DE GEOGRAFIA

Reflections on the education of the field and the teaching of geography

Reflexiones sobre la educación del campo y la enseñanza de la geografía

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v25.960>

Francisca Araújo Machado<sup>1</sup>

Antonia Vanessa Silva Freire Moraes Ximenes<sup>2</sup>

## Histórico do Artigo:

Recebido em 20 de dezembro de 2022

Aceito em 11 de junho de 2023


Publicado em 25 de julho de 2023

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre o ensino de Geografia na Educação do Campo. Nessa perspectiva, buscamos apresentar as considerações de vários pesquisadores sobre o tema e ainda compreender como essas políticas de educação tão diferenciadas têm se relacionado com a política nacional de educação, considerando que o estado brasileiro tem apresentado muitas idas e vindas em sua construção democrática. Não esquecendo os avanços e retrocessos sofridos pela educação nacional com os quais os camponeses não foram inseridos como sujeitos, e sim como elementos importantes ao crescimento econômico, na perspectiva de superar os efeitos gerados pelas correlações de forças entre o capital e o campo. Os camponeses não tinham influência para com a economia de exportação, não conseguiam ser ouvidos em suas demandas específicas. Motivo pelo qual a população camponesa buscou se organizar e lutar por seus direitos. Direito a ter direito. Inclusive no que se refere à política pública de Educação que chega ao campo com o mesmo currículo da cidade e prepara a juventude que busca emprego para trabalhar no agronegócio, a Educação do Campo propõe formação para melhorar as condições de vida no campo e decisão política.

**Palavras chaves:** Educação do Campo. Política Pública. Camponês. Juventude.

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: franciscaaraujomachado06@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0009-6445-2456>

<sup>2</sup> Professora da Educação Básica na Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC). Email: vanessafxgeo@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-7878-9433>

### ABSTRACT

This article aims to reflect on the teaching of Geography in Field Education. In this perspective, we seek to present the considerations of several researchers on the subject and also understand how these differentiated education policies have been related to national education policy, considering that the Brazilian state has presented many comings and goings in its democratic construction. Not forgetting the advances and setbacks suffered by national education with which peasants were not inserted as subjects, but as important elements to economic growth, in order to overcome the effects generated by the correlations of forces between capital and the field. The peasants had no influence on the export economy, could not be heard in their specific demands. That's why the peasant population sought to organize and fight for their rights. Right to be entitled. Even with regard to public policy of Education that arrives in the field with the same curriculum of the city and prepares the youth who seek employment to work in agribusiness, Field Education proposes training to improve living conditions in the field and political decision.

**Key words:** Country Education. Public policy. Peasant. Youth.

### RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la enseñanza de la Geografía en la Educación de Campo. En esta perspectiva, buscamos presentar las consideraciones de varios investigadores sobre el tema y también comprender cómo estas políticas educativas diferenciadas se han relacionado con la política educativa nacional, considerando que el Estado brasileño ha presentado muchas idas y venidas en su construcción democrática. Sin olvidar los avances y retrocesos sufridos por la educación nacional con los que los campesinos no se insertaron como sujetos, sino como elementos importantes para el crecimiento económico, con miras a superar los efectos generados por las correlaciones de fuerzas entre el capital y el campo. Los campesinos no tenían influencia en la economía de exportación, no podían ser escuchados en sus demandas específicas. Es por eso que la población campesina buscó organizarse y luchar por sus derechos. Derecho a tener derecho. Incluso con respecto a la política pública de Educación que llega al campo con el mismo plan de estudios de la ciudad y prepara a los jóvenes que buscan empleo para trabajar en el agronegocio, Campo Educación propone formación para mejorar las condiciones de vida en el campo y la decisión política.

**Palabras clave:** Educación rural. Políticas públicas. Campesinos. Jóvenes.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre alguns aspectos metodológicos usados em práticas do ensino de geografia no Ceará, no campo e no semiárido cearense. Para essa reflexão, faremos um levantamento bibliográfico de produções existentes, abordando a temática e comparativo de metodologias utilizadas no Ensino de Geografia na Educação Básica de escolas específicas para famílias de camponeses, de assentamentos conhecidos como escolas do Campo.

O artigo é também um elemento para galgar aprovação na disciplina de Abordagens Teóricas e Metodológicas do Ensino de Geografia, uma das disciplinas obrigatórias do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Para quem não é licenciado em geografia, como sou historiadora, optei por fazer Teoria da Geografia Humana e Abordagens Teóricas e Metodológicas do Ensino de Geografia.

Durante a disciplina foram realizadas muitas leituras e debates a respeito do ensino de geografia em escolas do Ensino Básico e suas abordagens. Considerando o que vários pesquisadores

trazem sobre o ensino de geografia, as Reflexões apresentam o ensino de geografia como uma porta a mais para entender os espaços vividos pelos estudantes e suas famílias, em vez de imaginar que a geografia não contribui em nada para o crescimento intelectual desses estudantes. O artigo propõe refletir sobre a metodologia específica adotada nas escolas do campo.

A metodologia da Educação do Campo ainda tem muito a ser conhecida, principalmente para que seja possível entender a diferença entre a Educação Rural e a Educação do Campo. Durante as pesquisas referentes ao tema, deparamo-nos com registros institucionais, relatos de experiências, tanto de estudantes quanto de professores, de que as aulas ministradas nas escolas rurais não contribuem em nada com a realidade dos estudantes. É importante frisar que a expressão “não contribui em nada” diz respeito à metodologia e aos conteúdos utilizados nas aulas nas escolas localizadas no campo que não utilizam a metodologia da educação do campo.

Em comparação ao currículo comum e ao currículo da educação do campo que utilizam o método da educação do campo com conteúdo contextualizado, as principais críticas à Educação Rural estão relacionadas a não aplicabilidade dos conteúdos vistos nas disciplinas ministradas nas escolas rurais e à vida dos estudantes, em especial as aulas de geografia que muitas vezes tratam de temas que não se relacionam com o dia a dia dos alunos oriundos do campo.

É como se a diversidade existente nas comunidades não fosse relevante para a formação do pensamento dos alunos, então o currículo escolar aplicado na Educação Básica da cidade quase sempre é igual para os povos do campo. Cabe salientar que a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, não apresenta nenhuma proposta para essa modalidade de ensino. Apenas nos artigos 23 e 28, a referida lei recomenda a possibilidade de adequação dos conteúdos à realidade dos estudantes. No capítulo I Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino, o Art. 23 estabelece:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei. (LDB, 1986. p.09).

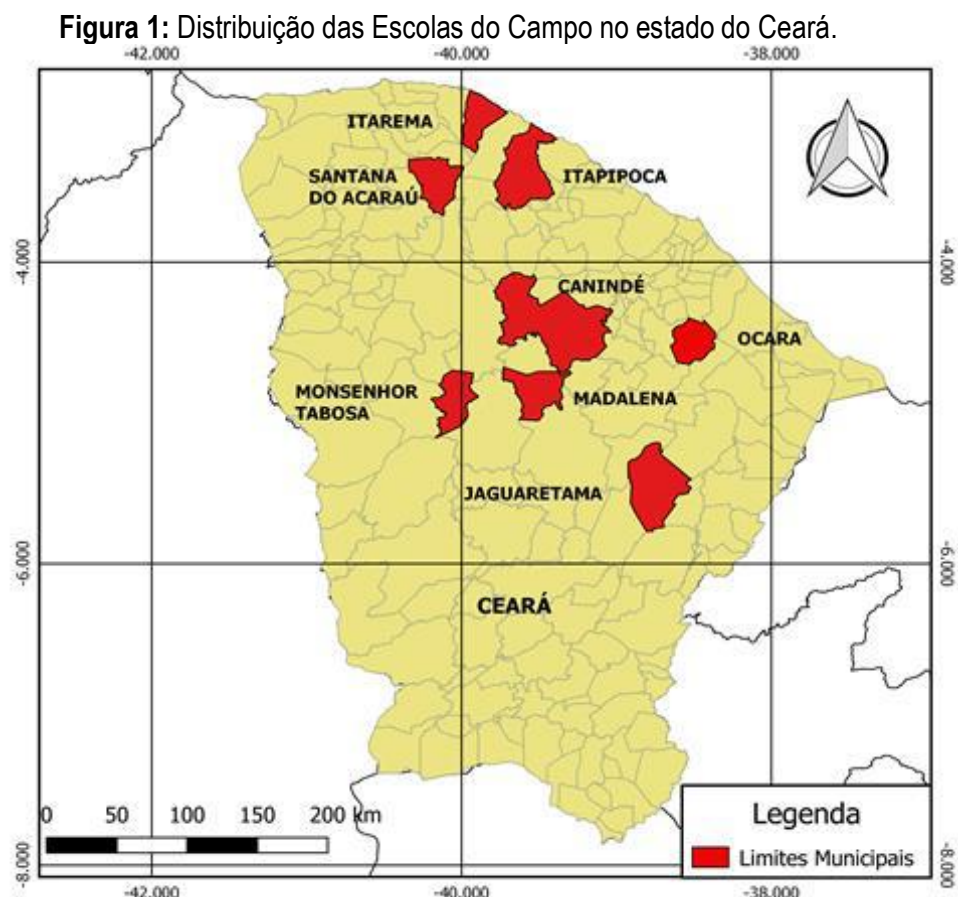
Nessa perspectiva, buscamos entender as lacunas e, ao mesmo tempo, os desencontros entre a vivência dos estudantes do campo e os conteúdos ministrados nas escolas ofertadas para os camponeses. Ao refletir sobre o contexto da experiência de Educação do Campo, quais são as reais

diferenças entre Educação Rural e Educação do Campo? Como são constituídos os quadros de colaboradores? Quem são os sujeitos que trabalham na Escola do Campo?

Nesse sentido, foi realizada uma reflexão a partir de pesquisas e publicações baseadas na experiência da Escola de Ensino Médio Maria Nazaré de Sousa (Nazaré Flor), localizada no Assentamento Maceió, município de Itapipoca, CE. A escola Nazaré Flor é uma Escola do Campo, localizada em Jacaré - Assentamento Maceió, Itapipoca/CE, CEP: 62.500-000 no campo de Assentados da Reforma Agrária, Fundada em 2012, funciona com o apoio da Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC. No entanto, a metodologia de ensino é a da Educação do Campo.

### BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

No estado do Ceará existem 8 escolas de educação do campo que estão distribuídas por municípios que possuem assentamento da Reforma Agrária, como mostra a figura abaixo.



Fonte: Cordeiro e Oliveira (2018.)

Análise dos resultados de pesquisas e publicações possibilita a compreensão das influências dessa metodologia e as bandeiras dos povos que vivenciam a educação do campo. As

demandas dos povos do campo no Brasil têm se mostrado efetivos, embora a longo prazo, principalmente no quesito que exige reparação das injustiças históricas praticadas contra os povos originários que sofreram e sofrem com ações de extermínio e/ou dominação social de sua maior riqueza, a cultura e a natureza que continua sendo o principal motivo para os conflitos no campo.

Iniciadas durante a colonização do Brasil, as injustiças sociais até hoje estão representadas nas relações de poder social, no patriarcado e pertencem aos latifundiários. Hoje seu principal detentor é o capital. Esse, atualmente, se utiliza de novas vestes, apropriando-se da identidade do campesinato e, com a mecanização do campo e do agronegócio, geram um processo de expulsão e expropriação do território antes pertencentes aos camponeses (LIMA; OLIVEIRA, 2012, p.01).

À medida que a modernização da agricultura aumenta a produtividade, contraditoriamente aumenta o desemprego, diz Arroyo (1998). Isso e outras práticas provocaram o descontentamento dos agricultores sem-terra, o uso da transgenia, modificação genética das sementes, tornando a produção agrícola dependente de insumos tecnológicos, vulneráveis às dinâmicas naturais.

As mudanças que influenciaram o aumento do número de trabalhadores sem-terra buscando emprego e os que não aceitam a expulsão vão à luta, organizam-se e engajam-se nos movimentos sociais, como: Movimento dos Trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra-MST, Comunidades Eclesiais de Bases – CEBs, Movimentos e organizações que asseguraram aos trabalhadores engajamento para reivindicarem seus direitos e melhores condições de vida no campo. A luta não é apenas pela educação, segundo Arroyo (1999):

Como educadores, temos de ter sensibilidade para essa dinâmica social, educativa e cultural, e perguntar-nos que novos sujeitos estão se constituindo, formando, que crianças, jovens, adultos, que mulheres, que professoras e professores, que lideranças, que relações sociais de trabalho, de propriedade, que valores estão sendo aprendidos nesse movimento e dinâmica social do campo (Arroyo, 1999, p. 15).

Ou seja, a lutar é também por educação, mas é ainda para ter direito a viver de forma sustentável, produzir alimentos sem os tais defensivos agrícolas. Esse conhecimento e práticas não se encontram na educação básica convencional. Nem nos cursos técnicos de agropecuária e agronegócio. O valor da agroecologia, do cuidado com as próximas gerações e da qualidade de vida está conectado com a alimentação limpa e isso se aprende na Educação do Campo.

Nos cursos técnicos em agropecuária e agronegócio “se aprende a pensar grande”. Agroecologia é para quem pensa pequeno, dizia um jovem técnico durante intervenção numa reunião com Agricultores Familiares. Para entender esse processo, é necessário maior aprofundamento no tema, o que não é o nosso objetivo.

Porém, não podemos esquecer que esse fenômeno avanço tecnológico na agricultura para exportação, torna o uso de maquinários seu principal método, junto a isso, vêm os defensivos agrícolas, mais adequadamente chamados de venenos, a transgenia e vários outros pacotes que ampliam a produção e distribuição, no meio rural, mas não atende o pequeno produtor, esse continua vivendo o mesmo cenário de antes, e vem perdendo seu espaço, porque a mecanização da agricultura não veio para acabar com a fome e miséria dos camponeses pobres, mas para alavancar a produção do grande produtor rural.

Outro ponto a ser considerado: a população camponesa não foi contemplada com a política de educação. Na realidade, a universalização da Educação no meio rural é uma forma de garantir que a estrutura fundiária se perpetuasse como modelo de agricultura para exportação. Nesse contexto podemos apontar que a chamada Revolução da Agricultura contribuiu bastante para o esvaziamento do campo. Segundo Moraes e Moraes (2018):

Desse modo, pode-se afirmar que as políticas públicas educacionais brasileiras serviram para a manutenção das relações desiguais no campo, para o acirramento das relações entre campo e cidade e, principalmente, para a perpetuação da atual estrutura fundiária (MORAES; MORAES, 2018, p.3.).

Para refletir sobre educação do campo, faz-se necessária uma breve retrospectiva histórica sobre o tema. Inicialmente, o que é Educação do Campo? O momento não deve ser para fixar conceito, considera Caldart (2007), mas compreender que:

O conceito de Educação do Campo é novo, mas já está em disputa, exatamente porque o movimento da realidade que ele busca expressar é marcado por contradições sociais muito fortes. Para nós o debate conceitual é importante à medida que nos ajuda a ter mais claro quais são os embates e quais os desafios práticos que temos pela frente (CALDART, 2007, p. 2).

Para Caldart (2007), discutir o conceito tem um valor maior quando fortalece a resolução dos embates e deixa claro contradições sociais. O conceito de Educação do Campo é considerado novo, mas já usufrui de muita disputa no campo da realidade e materialidade em todas as regiões do país. O termo Educação do Campo existe desde que a educação no Brasil passa a ser discutida ainda na colonização, mais precisamente com a chegada dos jesuítas. Durante a catequização dos indígenas, os jesuítas também os educavam.

Segundo Barros e Lihtnov (2016), com a expulsão dos jesuítas, as discussões sobre educação só retornam com a chegada da família real ao Brasil, um século depois da expulsão dos jesuítas. Momento em que também foram criadas as primeiras universidades do país. No entanto, todo o processo educacional servia aos interesses dos senhores e aos interesses da metrópole. Cabe

salientar que, durante muitos anos, mesmo havendo escolas rurais, elas tinham o objetivo: claro a produção agrícola para atender as demandas do capital.

Caldart (2007) considera ainda que: uma primeira compreensão necessária para nós é de que se o conceito de Educação do Campo, como parte da construção de um paradigma teórico e político, não é fixo, fechado, também não pode ser aleatório, arbitrário: [...]. isso quer dizer que o conceito de Educação do Campo, assim como todo conceito, possui uma história, raiz ou origem, não pode ser inventado por governo, instituição etc.

Entender o conceito de Educação do Campo requer identificar questões importantes na construção das pautas que se fundamentam, inclusive na geografia, como: Identidade territorial, região e conceitos teóricos. Caldart (2007) continua:

Educação do Campo é um conceito em movimento como todos os conceitos, mas ainda mais porque busca apreender um fenômeno em fase de constituição histórica; por sua vez a discussão conceitual também participa deste movimento da realidade. Trata-se, na expressão do prof. Bernardo Mançano, de uma disputa de “território imaterial”, que em alguns momentos se tornar força material na luta política por territórios muito concretos, como o destino de uma comunidade camponesa, por exemplo (CALDART, 2007, p. 2).

Segundo Caldart (2007), a Educação do Campo é conceito em constituição e emana muitos significados em movimento e traz nas suas entranhas valores tanto materiais quanto imateriais. Diga-se de passagem: a Educação do Campo representa o enfrentamento das relações de poder constituídas pela sociedade e estado de direito. Por isso a afirmativa a seguir é tão relevante.

“[...] a escola no campo surge tardia e descontínua até as primeiras décadas do século XX. Era destinada a uma minoria privilegiada. Embora o Brasil fosse um país de origem e predominância eminentemente agrária, a educação rural não é sequer mencionada nos textos constitucionais de 1825 e 1891, evidenciando o descaso dos dirigentes e de matrizes políticas culturais centradas no trabalho escravo, no latifúndio e nas ideias educacionais europeias” (MATOS et al., 2014, p. 3 apud SILVA, 2003, p. 29-30).

Falar de Educação do Campo exige ainda compreensão ampla sobre o processo de construção da concepção de educação que teve suas idas e vindas. Os anseios dos envolvidos eram a compreensão de sua filosofia e pensamentos pedagógicos para atuar sobre a totalidade. Conforme citação anterior, o processo de construção de uma proposta que contemple tudo isso teve seu primeiro passo concreto um século e meio depois.

Segundo Arroyo (1998), a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo aconteceu em Luziânia, GO, de 27 a 31 de julho de 1998. Representou um grande marco na luta dos povos camponeses brasileiros. Na referida conferência, diversas instituições se tornaram apoiadoras dessa luta por dignidade e vida no campo. Entre as instituições estão a:

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através de seu Setor Educação e das Pastorais Sociais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO) e a Universidade de Brasília (UnB) (ARROYO, 1998, p. 8).

Para Cavalcanti, um ponto importante ocorre nas décadas de 70 e 80, o movimento por mudanças na proposta de ensino de geografia. Esse movimento questionava a metodologia e os conteúdos não levados para o ensino em sala de aula. Para a autora:

[...], a preocupação com o papel da geografia na escola e com os modos pelos quais se deve trabalhar com seus conteúdos, com abordagem geográfica, é recorrente entre os pesquisadores da disciplina (CAVALCANTE, 2019, p. 83)

A autora nos traz como preocupação o resultado de pesquisas sobre o ensino de geografia. Anteriormente mencionamos a expressão “as aulas ministradas nas escolas rurais não contribuem em nada com a realidade dos estudantes”. Compreende-se que cada disciplina das ciências humanas deve ter um papel político e social na vida dos estudantes. Como na maioria das vezes não se leva em consideração, as vivências locais acabam não tendo sentido para esse público.

A discussão sobre o ensino de geografia e Educação do Campo ganham força nas décadas de 70 e 80, a última conhecida como período da redemocratização, e segue aprimorando suas especificidades e maior compreensão do contexto em que se vive, produz alimento, cultura e relações socioambientais. Nos últimos anos houve ainda muitos retrocessos, com as reformas educacionais tendenciosas na educação. A pedagogia nos deixa ainda desafios. Para Caldart:

Educação do campo, que têm ficado excessivamente centradas nos discursos de determinados sujeitos, priorizando a discussão lógica do uso ou da ausência de conceitos ou de categorias teóricas, buscando identificar as contradições no plano das ideias ou, ainda mais restritamente, no plano dos textos produzidos com esta identificação de Educação do campo (CALDART, 2009, p. 37).

A Educação do campo no Brasil é resultado de muitas lutas e debates que nascem da resistência e têm um caráter de classe. Partindo do princípio de que: a educação oferecida no campo não contempla as necessidades dos camponeses, a classe resiste e cria ferramentas de enfrentamento às dificuldades para ter acesso às melhores condições de vida e Educação que contemplem a realidade dos agricultores.

“Os filhos de camponeses experimentam uma necessidade maior de aproximação entre o trabalho e o estudo, visto que a maior parte deles ingressa cedo nas lidas da roça para ajudar a família” (MATOS, et al., 2014, p. 05). A classe camponesa busca escolas que incluam seus filhos no processo formativo e de qualificação contextualizada no campo. Segundo Silva (2010), as escolas do campo:



São experiências que revelam que a luta desses sujeitos não é só pela educação enquanto direito, enquanto conquista democrática, mas, e principalmente, por uma educação que, adequada às necessidades sociais históricas, seja também um instrumento capaz de contribuir para a superação das contradições sociais vivenciadas (SILVA, 2010, p, 180).

Estudar é para muitos filhos de camponeses uma conquista que oferece inúmeras oportunidades, mas estudar e viver melhor no campo com conhecimento do que fazemos e vivemos é diferente. Na perspectiva de Caldart (2002):

A Educação do campo tem se centrado na escola e luta para que a concepção de educação que oriente suas práticas a se descentre da escola, não fique refém de sua lógica constitutiva, exatamente para poder ir bem além dela enquanto projeto educativo. (CALDART, 2002, p. 38).

Ao mesmo tempo, identificar e superar as contradições nas propostas de educação que chegam aos camponeses, para Barros e Lihtnov (2016), desperta o olhar sobre a materialidade das Leis, Diretrizes e Bases de Ensino no processo educacional, resgatando sua gênese no processo histórico brasileiro. E por que não reiterar que o diálogo sobre a educação do Campo remonta ao debate da educação do povo do campo?

A educação Rural trazia na sua metodologia os princípios requisitados pautados pelo capitalismo. A educação defendida pelos camponeses era uma educação com princípios metodológicos constituídos de valores identitários e culturais de um povo que vive no campo e produz tudo o que precisa, inclusive cultura local.

Esta compreensão sobre a necessidade de um 'diálogo de saberes' está em um plano bem mais complexo do que afirmar a valorização do saber popular, pelo menos na discussão simplificada que predomina em meios educacionais e que na escola se reduz por vezes a um artifício didático vazio. (CALDAST, 2002, p. 45).

A Educação do Campo sofre muitos desencontros. A começar pelo nome que, para muitos, parecia moda, invenção do MST. Para que outro tipo de escola? Já tem escola na zona rural e muitas estão fechadas. Mas a educação do campo traz atribuições e qualidades não encontradas nas escolas rurais tradicionalmente conhecidas, enquanto a escola rural traz uma proposta sem estar conectada com a realidade dos alunos. Então Educação do Campo vem contribuir com permanência no campo e a valorização dos conhecimentos gerados nas práticas campesinas. Conforme Silva (2010):

A expressão educação do campo é muito mais que uma simples mudança de nomenclatura – de educação rural para educação do campo. Ela constituiu um dos traços marcantes da identidade de um movimento nacional que vem se consolidando na luta por políticas públicas que garantam o direito da população rural a uma educação que seja no e do campo (SILVA, 2010, p.180).

Neste sentido, Cavalcanti apresenta o novo ensino de geografia na perspectiva de construir o pensamento geográfico na sala de aula, onde os conteúdos de geografia possam contribuir com um pensamento teórico a partir do diálogo com realidade dos alunos. Para tanto, os conteúdos de abordagem mais global devem ser contextualizados no tempo econômico e político, além de uma reflexão direcionada para facilitar como os acontecimentos globais se relacionam com o local. Para Cavalcanti (2019, p.82) “é necessário que eles se valham de todo o legado produzido historicamente pela sociedade em matéria de mediadores da relação dos homens com o mundo, que se constitui em significativo patrimônio cultural para a vida social e cidadã”.

A escola do campo inclui obrigatoriamente a história e a geografia da comunidade no contexto das aulas com e para os alunos. A mesma contextualização segue na construção do conhecimento que permite aos sujeitos se relacionarem com as contradições e gestão de conflitos existentes na comunidade. Outro ponto importante é a discussão e compreensão dos conceitos de território, identidade camponesa. Por esse motivo, no momento de contratar os professores, um dos principais requisitos é ser assentado.

A escola do campo se institui como um espaço onde são reproduzidas as dinâmicas, assim sendo o professor de Geografia possui desafios no que tange a ação educativa dos sujeitos do campo centrado na construção de conhecimentos que valorize vivência e as experiências e estabeleça a ligação com o global (TESSMANN; DAL MOLIN, 2014, p.04).

Essa contextualização permite que os estudantes consigam se ver incluídos nas discussões, porque eles pertencem àquela temática e são sujeitos dessa realidade. Quando tratarmos o tema da aula de forma contextualizada, apresentaremos para os alunos o momento em que eles participam do assunto abordado, não apenas durante a aulas, mas na prática do acontecimento. Ao analisarmos uma pesquisa sobre a experiência da Escola Nazaré Flor, identificamos as características as quais Caldart (2002) aponta que:

A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas (CALDART, 2002, p. 02).

Caldart (2002) enfatiza que esse é um modelo de educação que exige uma tomada de posição quanto ao que atende às demandas dos povos do campo. Então Caldart, nos convida a refletir sobre quatro pontos que consideramos mais importantes nesse debate.

**Primeira:** A materialidade de origem (ou de raiz) da Educação do Campo exige que ela seja pensada/trabalhada sempre na tríade: Campo - Política Pública - Educação. [...]. **Segunda:** A Educação do Campo trata de uma especificidade; assume-se como especificidade: na

discussão de país, de política pública, de educação. Essa característica nos tem aproximado e distanciado de muitos sujeitos/grupos que fazem e discutem educação e que defendem uma perspectiva de universalidade, [...]. **Terceira:** O movimento da Educação do Campo se constitui de três momentos que são distintos, mas simultâneos e que se complementam na configuração do seu conceito, do que ela é, está sendo, poderá ser. **Quarto:** A Educação do Campo precisa trabalhar com a questão do pluralismo. Ela precisa desta ideia: existe o outro e ele deve ser respeitado. Os sujeitos do campo são diversos e esta diversidade precisa ser incorporada em nossa reflexão político-pedagógica (CALDART, 2002, p. 02-07).

Pensando a tríade apontada por Caldart, a Educação do Campo precisa considerar: A origem dos seus alunos que é o campo, a política pública e a educação. O segundo ponto abre um parêntese para que se reflita sobre as especificidades, principalmente as que historicamente unem uns e distanciam outros. O terceiro ponto também sugere como importantes os pontos diferentes, mas também possui pontos que se complementam, sem perder de vista a pluralidade do país.

Cabe enfatizar que a trajetória da construção da proposta de Educação do Campo foi discutida nas comunidades, nos municípios, estados e nacionalmente. São anos discutindo educação para o Brasil alcançar o seguinte:

[...] pensar o campo como um espaço de produção de vida, de relações e de organizações, a identidade dos sujeitos sociais do campo em sua diversidade que engloba os espaços da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, dos pescadores, das caiçaras, ribeirinhos, quilombolas e extrativistas, “conforme proposto pela Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) 01 de 2001, [...] (TESSMANN; DAL MOLIN, 2014, p. 03).

Nestes termos resultou a Resolução CNE/CEB 1 de 3 de abril de 2002. Em seu Art. 2º, no parágrafo Único que assegura as escolas do campo o seguinte:

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (MEC, 2002. p. 01).

Ancoradas nesta resolução, as Escolas do Campo seguem em direção a sua institucionalização. Amparo que há muitos anos os movimentos sociais e de trabalhadores Sem Terra buscavam. A mesma resolução no Art. 2º garante os direitos à educação contextualizada a outros movimentos, como os povos indígenas que estão presentes em todo país.

## **INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE A ESCOLA NAZARÉ FLOR, MUNICÍPIO DE ITAIPUOCA-CE**

A escola Nazaré Flor é uma das oito escolas de Educação do Campo no Estado do Ceará. A Educação do Campo, na perspectiva dos movimentos sociais e suas lutas por direito, inclui a escolarização voltada para a formação e preparo para viver e conviver no campo com a realidade onde

estão inseridos os sujeitos atendidos pela escola, em Assentamentos da Reforma Agrária. A referida escola representa os resultados da luta dos camponeses em prol de uma educação para os povos do campo.

Inaugurada em 2012, Escola de Educação do Campo Nazaré Flor, no município de Itapipoca, representa uma conquista para as comunidades de assentados deste município. Nazaré Flor está entre as 8 Unidades de Educação do Campo no Estado do Ceará. Atendendo uma região ampla de famílias assentadas pela Reforma Agrária, com o apoio do governo do Estado. De acordo com a SEDUC

[...], conforme dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, no art. 28, incisos I, II e III, foram assegurados três novos componentes curriculares: Organização do Trabalho e Técnicas Produtivas, Práticas Sociais e Comunitárias e Projetos, Estudos e Pesquisas – o que implicou em aumento na carga horária, passando para 3.960 horas (sendo a base nacional comum com 2.760 horas e a parte diversificada com 1.200 horas), ensejando a oferta de tempo integral para dois dias em cada turma (CEARÁ, 2018, p. 01).

As Escolas do Campo no Ceará são amparadas pela LDB 9394/96, com a garantia de acréscimo dos componentes curriculares para estabelecer a carga horária que contempla o contexto e realidade dos estudantes. De acordo com depoimento de uma ex-aluna, “Na escola Nazaré Flor, o currículo é diferenciado, temos todas as disciplinas recomendadas pela LDB e aos referentes ao currículo que o aluno deseja seguir, por exemplo técnico em agropecuária, dois dias da semana são integrais para que os estudantes tenham às aulas de formação técnica”<sup>3</sup>.

Até a conquista da referida escola, todos os alunos que moravam no assentamento Maceió, Jacaré e adjacência, quando concluíam o Ensino Fundamental, eram conduzidos para o Ensino Médio, porém só tinham acesso à escola que oferecia o nível médio na sede do município. Para Alencar (2018):

Essa abordagem foi bastante recorrente, o fato de que a conquista da escola, representou o preenchimento de uma lacuna para aquela região. Principalmente por levar formação de nível médio, tendo em vista que ao concluírem o ensino fundamental os jovens do assentamento tinham que se deslocar para a sede do município, ou estudar nos anexos das escolas, no assentamento, que de acordo com os relatos funcionavam de maneira precária. (ALENCAR, 2018, p. 76).

Nos dias integrais, os estudantes têm merenda e almoço. Uma das lutas é para conseguir oferecer um café da manhã, para atender os estudantes que moram longe da escola e saem de casa sem a primeira refeição do dia. Nesse sentido, a escola tem apoio do Governo do Estado e MST que

<sup>3</sup> Entrevista Realizada pelos acadêmicos do curso de pedagogia da Universidade Federal do Ceará-UFC, MATOS, TEIXEIRA, RIBEIRO, COSTA. 2014.

também contribui com todas as conquistas da escola. Para os acadêmicos do curso de pedagogia da UFC, o Coordenador Escolar da Escola Nazaré Flor disse o seguinte:

[...] “a educação rural é aquela educação que vem para a juventude que mora na zona rural, mas voltada para trabalhar no agronegócio. O estudante terminou os seus estudos na escola rural, e aí geralmente eles vão ser técnicos agrícolas, trabalhar nas empresas do agronegócio. E a educação do campo, está voltada para a juventude camponesa, para que eles permaneçam no campo, morando no campo, trabalhando no campo, mas que o campo pertence a ele seja dele e não de um patrão” (MATOS, et al., 2014, p. 07).

Na sequência, frisou que infelizmente a escola não consegue fechar o quadro de professores com profissionais locais, havendo a colaboração de alguns professores externos à Escola do Campo Nazaré Flor. Segundo o relatório da SEDUC (CEARÁ, 2018, p. 03), esse movimento da Educação do Campo tem se fortalecido, em várias instâncias. Para cada Escola do Campo, são construídas estruturas que fortalecem o desempenho dos estudantes.

A esse exemplo, citamos os vestiários com banheiros masculino e feminino. Além disso, cada escola conta com um galpão para as práticas contextualizadas. As práticas citadas no relatório da Seduc referem-se às aulas de horticultura, produção de mudas, biodigestor, minhocário, manejo e conservação do solo, práticas que fazem parte do dia a dia dos camponeses com a orientação de profissionais como Agrônomos, técnicos Agrícolas.

Outro ponto importante são as práticas de convivência com o semiárido. Para isso, as escolas do campo possuem uma cisterna para captação de água das chuvas. A gestão das escolas é feita em parceria entre MST e Seduc e anualmente a Seduc, em parceria com a União Estadual dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e a participação dos movimentos sociais da educação do campo, realiza dois Encontros Estaduais da Educação do Campo, Indígena e Quilombola (CEARÁ, 2018, p. 03-04).

Para quem estudou na Escola do Campo Nazaré Flor é muito importante entender como eles se sentem. Ao indagar uma ex-aluna da Nazaré Flor sobre a experiência dela com estudante dessa escola, ela disse:

*“Eu tive a oportunidade de estudar nos dois tipos de escola. Sou neta de assentado por parte de mãe e meu pai não era assentado. A Nazaré Flor foi a realização de um sonho das famílias que ocuparam essa região há muitos anos atrás, mas ela oferece um jeito próprio de o assentado se formar e se informar. Eu ouvi muito meu pai falar de produção de alimentos na própria comunidade e só conheci de fato quando estudei na Escola do campo Nazaré Flor, quando eu morei com meu pai estudei numa escola regular, nunca discutimos segurança alimentar”<sup>4</sup>.*

<sup>4</sup> Entrevista realizada por vídeo chamada com ex. aluna da escola Nazaré Flor, que teve oportunidade de frequentar a referida escola durante a 1ª série do Ensino Médio. Teve que transferir para uma escola regular, porque precisou mudar de endereço para morar com o pai.

Aos estudantes de pedagogia um aluno respondeu o seguinte:

O estudante terminou os seus estudos na escola rural, e aí geralmente eles vão ser técnicos agrícolas, trabalhar nas empresas do agronegócio. E a educação do campo, está voltada para a juventude camponesa, para que eles permaneçam no campo, morando no campo, trabalhando no campo, mas que o campo pertence a ele, seja dele e não de um patrão” (MATOS et al., 2014, p. 07).

De forma muito clara os alunos trazem essa diferença. Para finalizar essa reflexão, trazemos ainda algumas informações adicionais apontadas durante nossa pesquisa. A Escola do Campo Nazaré Flor inicialmente não pretendia incluir no seu currículo as avaliações externas, mas essas avaliações se tornaram requisito para o ingresso ao nível superior que também beneficiaria a juventude camponesa. As escolas abraçaram tanto o ENEM, OBMEP e SPAECE (MATOS et al., 2014, p. 07).

A educação do campo apresenta uma oportunidade para os camponeses que não pretendem sair da comunidade/assentamento, mudar de profissão ou mesmo que queiram sair para trabalhar com a produção agrícola agroecológica. Mas também na educação do campo há uma partilha de conhecimentos sociopolíticos que facilitam a contextualização da vida engajada no movimento social, com respeito à diferença, igualdade de gênero, raça e etnia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a Educação do campo tem um propósito social e cultural em sua filosofia, pois, além de valorizar a realidade do estudante, também preza pela qualificação desses estudantes para viver no campo com o propósito de construir relações sociais, políticas e organizacionais dos sujeitos, como também incentiva a buscar pela autonomia e o protagonismo da juventude camponesa.

O jovem que estuda na Escola rural se prepara para trabalhar no agronegócio ou para sair do campo e ir morar na cidade. Enquanto os jovens camponeses da Escola do Campo se capacitam para viverem e trabalharem no campo de forma ativa e autônoma sem patrão. A educação do campo deveria ser uma proposta de política pública para atender às demandas profissionais e consolidar oportunidades de um estilo de vida consciente no campo. Um estilo de vida e decisão política.

A educação do campo se caracteriza como uma possibilidade para evitar que a juventude camponesa se desloque para os grandes centros urbanos à procura de trabalho, aumentando, assim, a vulnerabilidade social urbana e o inchaço humano das periferias das grandes capitais. Consideramos, ainda, que, assim como a Escola Nazaré Flor preenche uma lacuna deixada pelos governantes para as

comunidades camponesas e de Assentamento da Reforma Agrária, muitas outras comunidades vivenciam esta lacuna e perdem seus jovens para os atrativos urbanos e suas deficiências socioespaciais.

Por fim, sugerimos que os nossos legisladores coloquem em pauta uma política pública de Educação do campo para atender não só os assentados da Reforma Agrária, mas os camponeses do país.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Benedito Montenegro. **Educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST e organização social: o caso do Assentamento Maceió, Itaipoca (CE)**. Benedito Montenegro Alencar – 2018.
- ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. A educação básica e o movimento social do campo / Miguel Gonzalez Arroyo e Bernardo Mançano Fernandes.** – Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação.
- BARROS, Lânderson Antória e LIHTNOV, Dione Dutra. **Reflexões Sobre a Educação Rural e do Campo: As Leis, Diretrizes e Bases do Ensino no e do Campo no Brasil**. Geographia Meridionalis - revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul 2016.
- BRASIL. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. (org.). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ldb/?amp=>. Acesso em: 20 maio 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão** – Brasília:SECADI, 2012.
- BRASIL. Francisco Aparecido Cordão. Presidente da Câmara de Educação Básica (org.). **RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002**. 2002. Disponível em: 668, Araquém, Coreaú-CE, CEP:62165000. Acesso em: 03 maio 2023.
- CALDART, Roseli Salete. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: NOTAS PARA UMA ANÁLISE DE PERCURSO**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009
- CALDART, Roseli Salete. **III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**, realizado em Luziânia, GO, UFRGS de 2 a 5 de outubro de 2007, p 2 a 9.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Formação do Pensamento Geográfico para orientar práticas espaciais cotidianas: a formação de um posicionamento teórico**. In. Pensar pela Geografia: ensino e relevância social. – Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.
- CEARÁ, Secretaria de Educação do. **Educação do Campo – Ações e Programas**. Coordenadoria do Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem Diversidade e Inclusão Educacional. Fortaleza, Ceará, 2018.
- LIMA, Maria Patrícia Moura de, OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A Caminho do Campo: Um Período de Vivência na Escola Família Agrícola Dom Fragoso em Independência – Ce**. Uberlândia -MG,2012
- MATOS, Ana Priscila, TEIXEIRA, Rodrigo Alysson, RIBEIRO, Gislayne, COSTA, Marília. **Educação, trabalho e desenvolvimento social: cultura, ciência, tecnologia, saúde e meio ambiente**. Escola de Ensino Médio Maria Nazaré de Sousa (Nazaré Flor), **Jacaré** - Assentamento Maceió, Itaipoca/CE. 2014
- MUNARIM, Antonio. Educação do campo e LDB: uma relação quase vazia. **Retratos da Escola**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 492-506, jul. 2016. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 06 jun. 2023.

TESSMANN, Jéssica Moara da Cunha e DAL MOLIN, Adriana. **O Ensino de Geografia na Educação do Campo: A Perspectiva do Território**. Vitória, ES, 2014.